

MINISTÉRIO DA CULTURA

Portaria n.º 303/2006 (2.ª série). — Considerando o disposto na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, nomeadamente nos artigos 15.º, 18.º e 28.º;

Tendo sido cumpridos os procedimentos de audição de todos os interessados previstos no artigo 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, bem como nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo;

Considerando que se trata de uma obra do arquitecto Miguel Ventura Terra, figura importante da produção arquitectónica lisboeta, pela forma pragmática e racionalista como abordou os seus programas, nomeadamente esta casa que construiu para nela residir, sendo um óptimo exemplo da «arte nova» portuguesa, como ela foi entendida e praticada pelos arquitectos da geração de vocação europeia e urbana, nascidos pelos anos de 1860-1870;

Considerando que em 1903 lhe foi atribuído o Prémio Valmor, «por ser um belo tipo artístico, digno de uma capital como a nossa, com uma correctíssima composição de linhas e um original efeito decorativo»;

Considerando que nessa composição, de uma extrema descrição e elegância, as lógias marcam o ritmo da fachada, provocando uma assimetria, quer estrutural, quer decorativa, com diferentes soluções nas molduras dos vãos e nas varandas, com uma interessante utilização de frisos de azulejos que correm ao longo do prédio, por baixo da cimalha e marcando o primeiro andar, cujos temas estarão relacionados com o rio Tejo (ondas, gaivotas e tágides) e a luminosidade da cidade (girassóis e outras heliotrópicas);

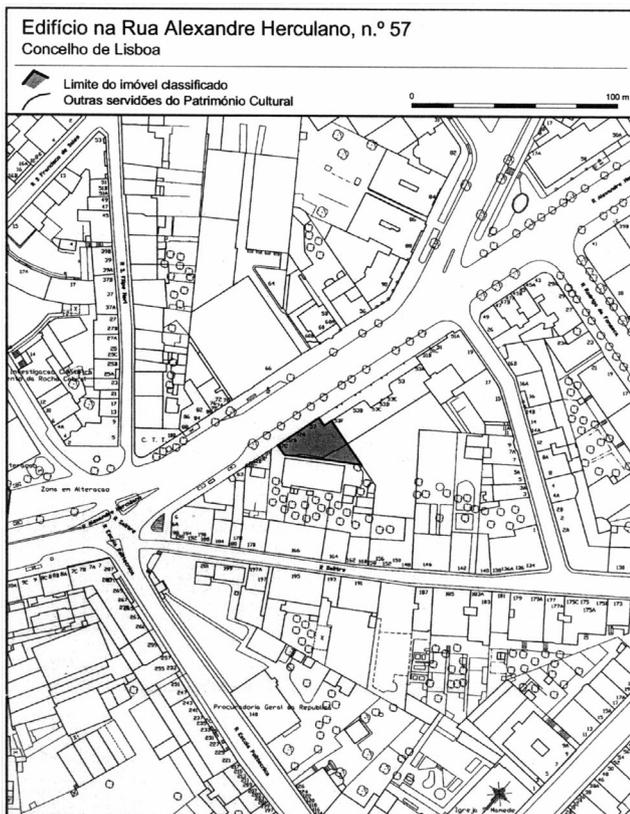
Considerando que a sua classificação actual é manifestamente inadequada e desajustada, tendo em conta outros imóveis classificados, nomeadamente a Sinagoga de Lisboa, do mesmo autor e situada na vizinhança, que se encontra classificada como imóvel de interesse público;

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição da República Portuguesa, manda o Governo, pela Ministra da Cultura, o seguinte:

Artigo único

É reclassificado como imóvel de interesse público (IIP) o edifício sito na Rua de Alexandre Herculano, 57, em Lisboa, freguesia de São Mamede, concelho de Lisboa, distrito de Lisboa, conforme planta anexa a esta portaria, da qual faz parte integrante, o qual havia sido classificado como valor concelhio (actual interesse municipal) pelo Decreto n.º 8/83, de 24 de Janeiro.

10 de Janeiro de 2006. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.



Gabinete das Relações Culturais Internacionais

Despacho n.º 2245/2006 (2.ª série). — No uso da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 58/97, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 255/2002, de 22 de Novembro, e republicado em anexo a este diploma, delegeo na subdirectora Maria de Lourdes Simões de Carvalho no dia 20 de Janeiro de 2006 e na directora de serviços licenciada Maria Filomena Ivo Vieira da Rosa da Silva Pinto nos dias 19, 23 a 27 de Janeiro de 2006 a competência para assinar o correio e assuntos inerentes às secções de Pessoal e Contabilidade, nomeadamente expediente a remeter à Direcção-Geral do Orçamento, 1.ª Delegação.

13 de Janeiro de 2006. — A Directora, *Patrícia Salvação Barreto*.

Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia

Rectificação n.º 120/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 248, de 28 de Dezembro de 2005, a p. 18 053, o despacho (extracto) n.º 26 855/2001 (2.ª série), de nomeação do Dr. Hugo Moreiras Marques Lourenço para um cargo de direcção intermédia do 1.º grau, do quadro de pessoal dirigente deste Instituto, de novo se publica a correspondente nota curricular.

Nota curricular

Nome — Hugo Moreiras Marques Lourenço.

Nascimento — 7 de Junho de 1961, Venteira, Amadora.

Curriculo profissional:

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa;
- Pós-graduado em Logística e Ciência da Legislação pela mesma Faculdade;
- Técnico jurista assessor do quadro da Direcção-Geral dos Impostos;
- Director do Departamento de Administração Geral da Agência Portuguesa de Segurança Alimentar, I. P.;
- Destacado, como especialista, para o Gabinete do Ministro da Presidência do XV Governo Constitucional e do Ministro de Estado e da Presidência do XVI Governo Constitucional;
- Assessor no Gabinete do Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços do XIV Governo Constitucional;
- Agente do quadro das Nações Unidas;
- Assessor nos Gabinetes dos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais dos XIII e XIV Governos Constitucionais e do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças do XIV Governo Constitucional;
- Perito da União Europeia;
- Técnico no Gabinete da Área de Sines;
- Participação em acções de formação, seminários e conferências nas áreas do Direito Administrativo e Direito Comunitário;
- Frequência do seminário de alta direcção promovido pelo INA.

17 de Janeiro de 2006. — Pela Direcção, o Presidente, *José Pedro Ribeiro*.

Instituto Português do Livro e das Bibliotecas

Despacho (extracto) n.º 2246/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 6 de Janeiro de 2006:

José Mesquita Valente, chefe de secção do quadro de pessoal do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas — nomeado definitivamente, precedendo concurso interno de ingresso, para a categoria de chefe de repartição do mesmo quadro de pessoal, ficando posicionado no 1.º escalão, índice 460.

6 de Janeiro de 2006. — O Director, *Jorge Manuel Martins*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho (extracto) n.º 2247/2006 (2.ª série). — Por despacho do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 13 de Janeiro de 2006, no uso de competência delegada:

Dr. Carlos Manuel Rodrigues Correia de Oliveira, juiz de direito interino do Tribunal do Trabalho da Guarda — nomeado, como requereu, juiz de direito efectivo do mesmo Tribunal, nos termos